OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA DITADURA MILITAR: SOB O OLHAR DA PSICOLOGIA SOCIAL

Guilherme Canedo de Carvalho
Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Paulínia. Paulínia – SP

Josiane Cristina Barreto de Lima
Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Paulínia. Paulínia – SP

Lorena Cruz de Oliveira
Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Paulínia. Paulínia – SP

Gabriela Moreira Rabelo
Mestre em Educação pela PUCCamp. Paulínia – SP

RESUMO

O presente artigo analisa os movimentos sociais atuantes durante a Ditadura Militar brasileira (1964–1985) sob a perspectiva da Psicologia Social, discutindo seus impactos políticos, sociais e subjetivos, bem como sua relevância para a construção da memória coletiva e da resistência democrática.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Ditadura militar; 2. Movimentos sociais; 3. Psicologia social.

1 – INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil teve início em 1964 e foi marcada pela supressão de direitos civis, censura e repressão política, impactando profundamente a vida social da população. Esse contexto autoritário intensificou a violência institucional e estimulou o surgimento de diversos movimentos sociais como formas de resistência às práticas impostas pelo regime (ANSARA, 2005).

Durante esse período, destacaram-se os movimentos sindicalistas, que reagiram à retirada de direitos trabalhistas e ao controle estatal sobre as organizações sindicais; os movimentos estudantis, que se consolidaram como importantes vozes de

contestação política; e a Teologia da Libertação, que articulou princípios cristãos de justiça social à defesa dos direitos humanos. Sob a perspectiva da Psicologia Social, esses movimentos evidenciam a relevância das redes de apoio, da solidariedade coletiva e da ação grupal como estratégias de enfrentamento à repressão e à violência em contextos autoritários.

Diante disso, este trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: o que motivou o surgimento e como se estruturaram os principais movimentos sociais durante a Ditadura Militar brasileira, a partir do olhar da Psicologia Social?

1.1 – OBJETIVO

O objetivo do estudo foi analisar, a partir da perspectiva da Psicologia Social, alguns movimentos sociais que ocorreram durante o período da Ditadura Militar brasileira, buscando compreender seus impactos psicológicos e sociais nos sujeitos envolvidos e suas reverberações no contexto histórico atual.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

O golpe militar de 1964 ocorreu em um contexto de intensa polarização política e social. No período anterior ao golpe, setores da sociedade civil alinhados à esquerda defendiam as chamadas reformas de base, propostas pelo então presidente João Goulart, que buscavam reestruturar as instituições políticas, econômicas e jurídicas com vistas à redução das desigualdades sociais. Em oposição, grupos conservadores — compostos majoritariamente pelas classes média e alta, setores empresariais e parte da elite política — passaram a difundir o discurso de que tais reformas representavam uma ameaça comunista, o que contribuiu para a articulação do golpe militar (ANSARA, 2005).

Com a instauração do regime, o general Castelo Branco assumiu a presidência e instituiu mecanismos legais que consolidaram o caráter autoritário do Estado, como as eleições indiretas e a reformulação constitucional. A Doutrina de Segurança Nacional legitimou a repressão a opositores políticos, justificando práticas como prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e vigilância sistemática da população. Entre 1969 e 1973, o país vivenciou um período de crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”, que, apesar de atrair investimentos externos, aprofundou desigualdades sociais e gerou elevado endividamento, contribuindo para o desgaste do regime.

A partir da década de 1970, o enfraquecimento político da ditadura intensificou as manifestações sociais e pressionou o governo por mudanças. Sob a presidência de Ernesto Geisel, iniciou-se um processo de abertura política lenta e controlada, ainda marcada por censura e repressão, como evidenciado pelos assassinatos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho. Esses acontecimentos ampliaram a mobilização social e proporcionaram uma certa suavização da agressividade do regime, ocasionando em alguns direitos à população, mas ainda sem a esfera política, coisa que impediu a reivindicação do poder pela classe popular. O enfraquecimento do poder militar resultou num maior poder aos grupos opositores, trazendo à tona os protestos pelas “Diretas Já” no ano de 1984.

2.2 – O PAPEL DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA DITADURA

A Psicologia Social brasileira passou por significativo desenvolvimento a partir da década de 1960, em consonância com os contextos autoritários latino-americanos e sob influência de teorias críticas, como o materialismo histórico e os estudos de autores como Vygotsky, Leontiev e Luria (TORRES et al., 2023). Esse cenário impulsionou reflexões acerca do papel social do psicólogo, compreendendo o indivíduo como sujeito histórico e agente de transformação social.

Com o fortalecimento da ditadura militar foi-se colocando cada vez mais em pauta o papel do psicólogo enquanto agente social dentro do momento vivido, provocando “conscientização, autonomia e organização popular” (PINTO; PAIVA, 2021). Com isso, as circunstâncias históricas vigentes paralelamente ao desenvolvimento da psicologia social no Brasil proporcionam a esta ciência uma visão mais política, uma vez que vê o indivíduo como um agente capaz de mudança social (NASCIMENTO et al., 2019).

Ao mesmo passo que a psicologia social se tornava cada vez mais engajada com os fatores políticos e sociais, a atuação profissional da psicologia mostrou-se fragmentada. A psicologia clínica permanecia majoritariamente elitista e individualizante, apesar de parte dos profissionais questionarem esse modelo, denunciando a culpabilização do indivíduo e a desconsideração dos determinantes sociais do sofrimento psíquico (PEREIRA; OLIVEIRA, 2023). Nesse contexto, alguns psicólogos foram cooptados pelo regime e colaboraram com práticas de controle social, enquanto outros se engajaram em movimentos de resistência, oferecendo apoio a perseguidos políticos e denunciando violações de direitos humanos.

Esse período evidenciou dilemas éticos profundos e impulsionou uma revisão crítica da profissão, fortalecendo debates sobre compromisso social, direitos humanos

e responsabilidade ética. A atuação desses profissionais reflete a complexidade de um período histórico conturbado, evidenciando o dilema ético enfrentado por muitos psicólogos diante da tensão entre a ética profissional, os valores humanitários e as pressões políticas do regime autoritário, pois essa fase sombria da história brasileira serviu como um catalisador para repensar o papel social e político da psicologia, estimulando discussões sobre a responsabilidade ética dos profissionais em contextos de violação de direitos humanos e o compromisso com a promoção da justiça social e dos direitos individuais, pois cada prática psicológica é capaz de alterar de algum modo a vida das pessoas e compreender a profundidade dessas ações é o que corrobora para uma atuação ética e compromissada com a sociedade.

3 – METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo objetivo foi compreender os significados atribuídos pelos participantes às experiências vividas nos movimentos sociais durante o período da Ditadura Militar. A análise dos dados buscou promover uma reflexão aprofundada sobre os aspectos sociais e psicológicos envolvidos nesse contexto histórico.

Foram utilizadas entrevistas qualitativas com pessoas que participaram de movimentos sociais no período ditatorial, além de levantamento bibliográfico em livros e bases de dados acadêmicas, como SciELO e Google Acadêmico. As entrevistas tiveram como foco compreender o funcionamento, a organização dos movimentos e os impactos dessas experiências na vida dos participantes.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Paulínia (UNIFACP). As entrevistas foram realizadas de forma online e presencial, mediante autorização prévia dos participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ao todo, participaram da pesquisa nove pessoas, com idades entre 55 e 80 anos, que integraram movimentos sindicalistas, estudantis ou ligados à Teologia da Libertação. A divisão dos participantes em grupos possibilitou uma análise mais aprofundada das especificidades e semelhanças entre as experiências.

4 – RESULTADOS

4.1 – MOVIMENTOS SOCIAIS DURANTE A DITADURA MILITAR

Diversos movimentos sociais emergiram como resposta à repressão política e à precarização das condições de vida impostas pelo regime militar. Apesar da violência estatal — marcada por prisões, torturas e assassinatos — esses movimentos desempenharam papel fundamental na organização da sociedade civil e na luta pela redemocratização do país.

A Teologia da Libertação constituiu-se como uma vertente progressista da Igreja Católica latino-americana, articulando fé cristã e justiça social. Defendendo a opção preferencial pelos pobres, esse movimento aproximou comunidades eclesiais de base das lutas políticas, tornando-se um dos poucos espaços institucionais de resistência ao regime. Padres, freiras e lideranças religiosas atuaram na defesa de trabalhadores, camponeses, indígenas e populações marginalizadas, frequentemente sendo alvos de perseguição e assassinatos (OLIVEIRA, 2019; NORONHA, 2012).

Relatos de participantes evidenciam a centralidade da Igreja como espaço de formação política e organização coletiva, destacando figuras como Dom Paulo Evaristo Arns e Frei Betto, cuja atuação foi decisiva na denúncia das violações cometidas pelo Estado.

Após 1964, os sindicatos passaram a sofrer intervenções diretas do regime, com fechamento de entidades, prisão de lideranças e criminalização das greves (RONCHI, 2022). Ainda assim, os movimentos sindicais reorganizaram-se por meio do chamado “trabalho de base”, promovendo conscientização política em comunidades, universidades e espaços religiosos. Essas estratégias permitiram a articulação de pautas relacionadas a direitos trabalhistas, saúde, educação e reforma agrária, frequentemente em parceria com as Comunidades Eclesiais de Base.

Os relatos dos participantes indicam que, apesar da repressão violenta, essas ações foram fundamentais para ampliar o apoio popular à luta contra a ditadura e fortalecer a militância (IKEDO, 2023).

Os movimentos estudantis configuraram-se como um dos principais focos de resistência ao regime militar, sendo alvos constantes de censura, perseguição e violência estatal. Entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) foram duramente reprimidas, levando muitos estudantes à atuação clandestina. Mesmo assim, os protestos estudantis tiveram papel central na denúncia da repressão e na defesa das liberdades democráticas.

Depoimentos revelam experiências marcadas por medo, violência psicológica e física, prisões arbitrárias e interrupções abruptas de trajetórias acadêmicas. Esses

relatos evidenciam os impactos profundos do autoritarismo na vida dos estudantes e a relevância desses movimentos na construção da consciência política coletiva.

4.2 – IMPACTOS PSICOLÓGICOS DA DITADURA MILITAR

A promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) possibilitou o retorno de exilados e o restabelecimento de direitos políticos, mas também produziu silenciamentos ao equiparar vítimas e agentes da repressão, impedindo a responsabilização estatal pelas violações cometidas. Esse apagamento dificultou a elaboração coletiva do trauma e contribuiu para a banalização da violência ditatorial (OLIVEIRA; ANDRADE, 2023).

A criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012, representou um avanço na investigação das violações de direitos humanos ocorridas no período, embora tenha enfrentado resistências institucionais. Do ponto de vista psicológico, os relatos de ex-presos políticos evidenciam traumas persistentes, marcados por medo, rememoração constante e sofrimento prolongado, que também afetaram familiares das vítimas, especialmente nos casos de desaparecimento forçado.

Os movimentos sociais tiveram também impactos na organização da psicologia no Brasil, a luta por direitos acabou evidenciando o papel da psicologia como um instrumento de controle social, usado pela elite e inacessível para a maior parte da população. Porém, à medida que os estudantes de psicologia foram aderindo aos movimentos estudantis nas décadas de 1970 e 1980, e inspirados pela psiquiatria preventivista, iniciou-se um movimento de reorganização dentro da psicologia, no qual os profissionais e estudantes buscavam uma maior democratização do acesso à saúde mental, resultando na introdução da psicologia nos órgãos públicos de saúde, evidenciando a responsabilidade social do psicólogo, que começou a olhar para a população de modo mais abrangente (BAIMA, 2019, p. 130-135).

Os movimentos sociais na época da ditadura militar então foram de extrema importância, não só para o restabelecimento da democracia, mas também tiveram impactos diretos dentro da prática de psicologia no Brasil, contribuindo para uma maior abrangência da psicologia para a população. Esta importância é, inclusive, evidenciada em uma das entrevistas realizadas durante este trabalho, na qual a entrevistada demonstra a importância do movimento estudantil para a sua formação acadêmica e profissional, permitindo que a pessoa - uma profissional da área de psicologia que ainda estava se formando no período da ditadura - desenvolvesse um olhar mais cuidadoso para as pessoas que vivem realidades diferentes.

5 – CONCLUSÕES

O período da Ditadura Militar no Brasil foi marcado por intensa repressão, violência institucional e restrição de direitos civis, contexto que impulsionou o surgimento de diversos movimentos sociais organizados em oposição ao regime. O presente estudo, fundamentado em entrevistas com sujeitos que vivenciaram esse período histórico, concentrou-se na análise de três movimentos amplamente mencionados pelos participantes: a Teologia da Libertação, os movimentos sindicais e os movimentos estudantis. A investigação teve como objetivo compreender como os militantes percebiam o contexto vivido, de que maneira foram afetados em dimensões psicológicas, sociais e físicas, e como se desenvolveram no interior dessas organizações coletivas, além de refletir sobre a relevância desse período para a compreensão do cenário sociopolítico atual.

Os relatos evidenciaram que sentimentos de medo e insegurança atravessavam de forma constante a experiência dos militantes, configurando-se como efeitos diretos da repressão, da censura e das diversas formas de violência impostas pelo regime militar. Essas vivências não se restringiram à esfera individual, mas alcançaram redes familiares e coletivas, exigindo estratégias cotidianas de proteção, silêncio e ocultamento como formas de sobrevivência. Tais elementos revelam o impacto psicológico profundo da violência de Estado, ainda pouco explorado na literatura, que historicamente privilegiou narrativas centradas na coragem, na resistência e na mobilização coletiva.

Embora o medo estivesse presente, os participantes também relataram que sentimentos de indignação diante das injustiças, aliados à esperança de transformação social, funcionaram como motores para a permanência na militância. A participação nos movimentos sociais aparece, assim, como espaço de fortalecimento subjetivo e coletivo, no qual a solidariedade e o engajamento político operaram como formas de enfrentamento à repressão, aspecto amplamente discutido pela Psicologia Social ao analisar processos grupais em contextos de opressão.

Outro ponto relevante refere-se à atualização dessas memórias no presente. A maioria dos entrevistados associou sentimentos semelhantes aos vividos durante a ditadura a eventos políticos recentes, expressando preocupação com possíveis ameaças à democracia. Esse dado evidencia a permanência de marcas psicossociais do período ditatorial e reforça a importância da memória social como elemento fundamental para a compreensão das dinâmicas políticas contemporâneas,

especialmente diante de discursos que relativizam ou negam a violência do regime militar.

Dessa forma, o estudo do período ditatorial mostra-se essencial não apenas para a preservação da memória histórica e para o reconhecimento das lutas travadas em defesa da democracia, mas também para a compreensão do papel social da Psicologia. As experiências relatadas apontam para a consolidação de uma Psicologia comprometida com as questões sociais, com a ampliação do acesso à saúde mental e com a reflexão ética sobre sua atuação em contextos de violência e desigualdade. Sob a perspectiva da Psicologia Social, analisar os impactos da Ditadura Militar implica compreender como ações estatais repressivas foram capazes de produzir efeitos duradouros nas subjetividades e nas relações sociais, ressaltando a necessidade permanente de vigilância democrática e de compromisso com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ANSARA, Soraia. **Memória política da ditadura militar e repressão no Brasil**: uma abordagem psicopolítica. São Paulo, 2005. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/17073. Acesso em: 13 jul. 2024.

BAIMA, Larissa Soares. **Psicologia e luta de classes no Brasil**: uma análise histórica da inflexão política da Psicologia Comunitária. 2019. 316 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/548559/publicacao/15766309. Acesso em: 03 out. 2024.

IKEDO, Fernanda. **Trabalho de base**: experiências e memórias de militantes políticos durante a ditadura militar no Brasil e atuação pós-ditadura. 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18862. Acesso em: 20 out. 2024.

NASCIMENTO, Fernando A. Figueira do et al. A Psicologia Social no Brasil: a dimensão ética e política de sua história. In: ABRAPSO. **Coleção Encontros em Psicologia Social**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019. v. 4, p. 23–34. Disponível em: https://site.abrapso.org.br/wp-content/uploads/2021/09/colecao_encontros_2020_volume4.pdf. Acesso em: 2024.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185–191, 2012. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/2307. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, Aline Karolinne Melo; ANDRADE, Cleyton. A ditadura militar no Brasil: uma política do esquecimento. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, v. 18, n. 35, p. 121–133, nov. 2022/abr. 2023.

OLIVEIRA, Daniel Correia. Batismo de sangue, de Frei Betto: do hipotexto literário ao hipertexto cinematográfico e a reconstrução de um discurso religioso sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. **UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões**, v. 7, n. 1, p. 125, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.35521/unitas.v7i1.912. Acesso em: 25 out. 2024.

PEREIRA, Tainara Marchiori dos Santos; OLIVEIRA, Conrado Pavel de. 60 anos de Psicologia no Brasil: uma reflexão sobre os pontos de partida, percursos e horizontes. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 5, n. 9, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.13271250. Acesso em: 2024.

PINTO, Mariana de Almeida; PAIVA, Fernando Santana de. Conscientização para transformação social: apontamentos para a Psicologia Social Comunitária. **Revista de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 12–24, 2021. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/60648. Acesso em: 13 jul. 2024.

RONCHI, Ana Carolina. Ditadura, mídias e sindicalismo: um panorama sobre a comunicação sindical durante os anos de chumbo. In: XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-ES, 2022, Virtual. **Anais...** Vitória: ANPUH-ES, 2022.

TORRES, Ana Raquel Rosas et al. **Psicologia social**: temas e teorias. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2023.